

Comunicação como Vínculo: um “colírio” para a cegueira psicossocial ¹

Pedro Pereira Ferreira Junior
Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA

Protásio César dos Santos
Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA

Resumo

Objetiva-se discutir sobre a relação da invisibilidade pública com a cegueira psicossocial, possibilitando enxergar a comunicação como vínculo social e afeto, à luz de Sodré (2007), tornando-se uma espécie de “colírio” para tal “doena” presente na sociedade. A pesquisa   do tipo descritivo e bibliográfico, já que fez um diálogo entre as categorias: invisibilidade pública, cegueira psicossocial e comunicao como vínculo social a partir dos estudos de Bauman (2008), Costa (2013; 2008), Diogo (2010), Frana (2016), Kunsch (2016), Sodré (2007), Souza (2011) e Wolton (2011). Como resultado,   possível dizer que a comunicao na perspectiva de vínculo social e afeto pode ser um tipo de “remédio” mais eficaz para a “doena” em questão, dando visibilidade aos invisíveis, deixando de silenciá-los, escutando-os, algo essencial ao ato de comunicar: o diálogo entre os que comunicam.

Palavras-chave: Comunicao; Vínculo Social; Invisibilidade Pública; Cegueira Psicossocial.

1 INTRODUO

A comunicao nos dias de hoje se constrói diante de um cenário dinâmico, ef mero e exponencial, permeado de transformaes sociais, culturais e psicológicas do indivíduo, fruto de uma intensa relao com novas tecnologias, plataformas, m dias e formas de se comunicar.

  notável o poder que a comunicao exerce no mundo contemporâneo. Ela precisa ser considerada não meramente um instrumento de divulgao ou transmissão de informaes, mas um processo social básico e um fenômeno presente na sociedade. Deve ser concebida como um poder transversal que perpassa todo o sistema social global, incluindo nesse âmbito as organizaes. (KUNSCH, 2016, p. 38).

Nessa perspectiva,   possível pensar em novas formas de se comunicar, interagir e viver a comunicao na sociedade, em especial, dentro das organizaes. Contudo, fazendo

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicao,  tica e alteridades em processos relacionais de subjetivao e conflitos no ambiente organizacional, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicao Organizacional e de Relações Públicas.

algumas análises de tais aspectos da comunicação entre as pessoas, encontram-se diversas indagações, dentre as quais muitas podem ser consideradas relações paradoxais.

O fato é que a comunicação entre as pessoas dentro das organizações é influenciada por variáveis econômicas, sociais, culturais, legais, psicológicos, etc. Desse modo, a mensagem, seja ela verbal ou não, é fruto da história de quem a transmite, trazendo consigo valores, pontos de vista, discursos, formas de ver o mundo, conceitos e preconceitos.

Por tanto, o ato de comunicar pode ser analisado por várias lentes e a que se propõe neste trabalho é justamente discutir acerca da comunicação com vínculo e afeto, sob a perspectiva de Muniz Sodré (2014; 2007), sendo uma possibilidade de amenização de um fenômeno social denominado cegueira psicossocial² que, por sua vez, está intrinsecamente relacionado à invisibilidade pública.

Por meio das pesquisas de Costa (2013; 2008), Diogo (2010) e Souza (2011), tem-se que existem pessoas, por consequência do seu trabalho, que se tornam invisíveis aos demais na sociedade. É o que se chama de invisibilidade pública, na qual trabalhadores como da limpeza, segurança, garis, etc., por exemplo, sofrem uma espécie de desaparecimento intersubjetivo diante das demais pessoas do ambiente, causado pelo tratamento dado apenas pela função que elas executam, marginalizando outras características desses sujeitos (COSTA, 2013).

Seres humanos, andando na rua, não passam por outros como quem passa por um poste: o corpo e o olhar se modificam, os movimentos ficam distintos, a atenção se transforma, é afetada, como que se alarga. A atenção que os humanos dispensam uns aos outros é de natureza diferente daquela dirigida a objetos. Não obstante, as pessoas que passam por Nilce não parecem ter sua atenção suficientemente modificada, modificada pelo poder específico, pela influência específica de que é capaz a presença de um humano ali: desviam-se dele como quem se desvia de um obstáculo, uma coisa qualquer que atrapalha o caminho. 'Eles nem olham na cara da gente'. O sujeito tornado *invisível*, arrastado por trocas impessoais, não suscita mais as reações que pessoas despertam em pessoas. (COSTA, 2008, p. 13, grifo do autor).

A partir do trecho supra, Costa (2008) faz uso dos relatos do gari Nilce para descrever a invisibilidade pública encontrada no campus da Universidade de São Paulo (USP). É observável através do discurso do entrevistado a sua percepção acerca dos sentimentos e avaliações de como é visto pelos diversos públicos frequentadores do campus, na qual o autor analisa tal relação como uma espécie de “objetificação” do gari.

² A cegueira psicossocial é uma doença que afeta as classes sociais mais abastadas, tendo como principal sintoma o fato de não enxergarem ou não perceberem a existência de trabalhadores braçais, tornando-os invisíveis para a sociedade. (COSTA, 2013).

Diante de comprovações científicas – pesquisas de Costa (2013; 2008), Diogo (2010) e Souza (2011) – que inferiram a invisibilidade de alguns sujeitos dentro das organizações perante sua função como lixeiros, garis, seguranças, prestadores de serviços gerais, copeiros, frentistas, garçons, colaboradores de ônibus, serventes de limpeza e outras de cunho operacional (CELEGUIM; ROESLER, 2009), pretende-se discutir neste artigo a relação daquele fenômeno com a cegueira psicossocial, possibilitando enxergar a comunicação como vínculo social (SODRÉ, 2007) como uma espécie de “colírio” para essa “doença” presente na sociedade.

2 DIAGNÓSTICO: a invisibilidade pública e a cegueira psicossocial

No cotidiano das organizações, as pessoas que trabalham nelas possuem seu papel e, de forma direta ou indireta, estão ali para contribuir no alcance dos objetivos e missão da instituição, embora existam muitas relações paradoxais que podem ser pensadas, tais como a importância institucional (e até mesmo social) que determinadas funções possuem no âmbito organizacional, enquanto que outras são “diminuídas”, tidas como menos relevantes como, por exemplo, a de servente de limpeza, copeiras, seguranças, garis, etc.

Souza (2011), por meio de sua pesquisa, descreve o legado histórico e social que sobrevive até os dias atuais e está relacionado à função laboral daqueles sujeitos fruto da escravidão da época colonial. Isso tudo está conexo ao “acontecer e dar a conhecer da presença em sua temporalidade.” (BARBOSA; REGO, 2017, n.p.). Nessa linha, a história é um “conjunto de acontecimentos e influências que atravessa o passado, presente e futuro.” (HEIDEGGER *apud* BARBOSA; REGO, 2017, n.p.)

Portanto, a herança discutida por Souza (2011) influencia em questões tanto psicológicas quanto no agir social dessas pessoas, em especial, dentro das organizações na execução de seu trabalho, já que a “temporalidade do ser é também a historicidade do mundo temporalizada em sua temporalidade.” (BARBOSA; REGO, 2017, n.p.).

Costa (2013, p. 17, grifo nosso) assim corrobora com essas autoras quando diz que:

Tarefas nas quais podemos reconhecer ingredientes psicológicos e sociais profunda e fortemente marcados pela degradação e pelo servilismo. São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens subproletarizados; homens que se tornam, *historicamente*, condenados ao rebaixamento social e político.

Diante de tal cenário, é comum que algumas funções nas organizações, e de forma generalista na sociedade, sejam consideradas e sofram da invisibilidade pública. Para Porto

(2006), tal conceito se refere a seres socialmente invisíveis, que estão à margem da sociedade, por consequência da indiferença e preconceito. O referido fenômeno social está conexo à crise de identidade nas relações entre esses sujeitos na sociedade contemporânea.

Essa espécie de desaparecimento dos sujeitos diante dos demais por causa de sua ocupação no trabalho é consequência de uma série de desdobramentos no decorrer da história, conforme já afirmado por Souza (2011), na qual há um rebaixamento do trabalho assalariado, desqualificando-o e otimizando um processo de alienação (COSTA, 2008).

A invisibilidade pública é expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-assalariados: a violação da terra, a perda dos bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas. (GONÇALVES FILHO, 2008, p. 22).

Então, não é de hoje que se encontram sujeitos invisíveis na sociedade, sendo que tais resquícios da história – bem como descreve Barbosa e Rego (2017) quanto a relação de historicidade entre presente, passado e futuro – permeiam e deixam “turva” a visão das pessoas quando se trata de alguns tipos de trabalho. É o que Costa (2013) denominou de cegueira psicossocial, uma doença que deixa enferma classes sociais privilegiadas, tendo como principal sintoma o fato de não enxergarem ou não perceberem a existência de trabalhadores braçais, tornando-os invisíveis para a sociedade.

Tal “doença” reforça e propaga a invisibilidade pública, promovendo uma percepção distorcida e limitada em relação a divisão do trabalho, fortalecendo a premissa que o modo que uma pessoa é vista depende de sua função, chegando a casos de certos sujeitos se tornarem invisíveis (COSTA, 2013).

Costa (2008) em seu estudo etnográfico, que durou mais de 10 anos, fruto de observações participantes e entrevistas com garis, vivenciou na pele a sensação de invisibilidade pública perante os seus pares no campus da Universidade de São Paulo (USP). “Lembrei meu primeiríssimo dia entre os garis, mais precisamente quando passei pelo IPUSP e, naquele uniforme vermelho, fiquei *invisível* para os outros estudantes: conhecidos meus. Ninguém me viu.” (COSTA, 2008, p. 12, grifo do autor).

Nas entrevistas da pesquisa do autor mencionado, um dos garis participantes assim descreve de forma direta a invisibilidade pública: “eles nem olham na cara da gente.” (COSTA, 2008, p. 13).

Já na pesquisa de Diogo (2005) com serventes de limpeza em Instituições de Ensino Superior (IES), constataram sentimentos de desvalorização, na qual há percepção de que esses sujeitos não são vistos e tidos com a mesma estima pelos funcionários da IES, sendo diferente o trato com aqueles que exercem funções administrativas. Essa situação é o que Costa (2013) chamou de humilhação social, também vivenciada pelos garis na Universidade de São Paulo. Os resultados da pesquisa de Souza (2011), também realizada com serventes de limpeza, confirmam a existência dessa desvalorização e humilhação no exercício do trabalho.

Em seu estudo, Souza (2011) relata situações de constrangimento vivenciadas no cotidiano na execução do seu trabalho, nas quais há um certo incômodo de determinados sujeitos em compartilhar tais espaços dentro da organização com os serventes da limpeza. Dessa forma, há uma anulação da personalidade desses tidos como invisíveis, sendo percebidos pelo meio apenas como fonte de um trabalho braçal subestimado e subvalorizado. Analisa-se que esses cegos psicossociais não conseguem ver o ser humano que ali está.

A cegueira psicossocial tem raízes profundas que estão relacionadas a questão social existente na divisão de classes, na qual uma pessoa pode não reconhecer o outro como igual só pelo fato dele não pertencer ao seu mesmo nível socioeconômico, assim como de fatores psicológicos, já que pode existir a dificuldade de ver o outro no exercício de funções degradantes, que podem trazer sofrimento. Por tanto, deixar esses sujeitos invisíveis é uma maneira de se proteger, de estar passivo e não fazer nada, justificando a falta de ação e inibindo possíveis mudanças, naturalizando assim a invisibilidade pública (COSTA, 2013).

Nesse contexto, percebe-se o endosso que a cegueira psicossocial faz ao fenômeno da invisibilidade pública dentro das organizações e na sociedade como um todo. Tal fenômeno é fruto de dois acontecimentos enraizados no sistema capitalista: a humilhação social e a reificação.

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão de desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da *iniciativa* e da *palavra*, do âmbito da *ação fundadora* e do *diálogo*, do *governo da cidade* e do *governo do trabalho*. Constitui, assim, um problema político. (COSTA, 2013, p. 63, grifo do autor).

O referido problema político causa a exclusão dessa classe pobre, moldando sua subjetividade, reforçando o discurso que tais indivíduos não podem criar novas alternativas de visualizar e transcender a realidade, configurando assim o que Costa (2013) denominou de homens humilhados.

Nas pesquisas de Assunção (2011), Diogo (2005), Souza (2011) são relatados diversos casos de humilhação social, nos quais pode se perceber que a invisibilidade pública também é desmembrada em outro fenômeno psicossocial: a reificação. Esse aspecto é fruto do mercantilismo, que se adaptou na era industrial, na qual tudo tem seu valor econômico (pessoas, relações interpessoais, objetos, instituições, etc.), sendo tratado como mercadoria.

A razão de ser do capitalismo é levar cada aspecto da vida humana para área econômica, onde este é transformado em *commodity* e negociado com um bem no mercado. Muito pouco do esforço humano não passou por esta transformação. A comida que comemos, a água que bebemos, os artefatos que produzimos e usamos, as relações sociais em que nos envolvemos, as ideias que trazemos à luz, o tempo que gastamos e até mesmo nosso DNA, que determina tanto do que somos, tudo foi lançado no caldeirão capitalista sendo reorganizado, precificado e levado ao mercado. Ao longo da maior parte da história, os mercados eram pontos de encontros ocasionais onde bens eram negociados. Hoje, praticamente cada aspecto de nossa vida cotidiana está de algum modo conectado a trocas comerciais. O mercado nos define. (RIFKIN, 2016, p. 14, grifo do autor).

À luz de Rifkin (2016), analisa-se que o trabalho e as relações entre os homens viraram uma espécie de *commodity*, onde o trabalho reificado (vendido) apaga a luz dos homens e deixa superficial a relação entre eles, provocando uma visão “turva” do trabalho, do trabalhador e de uma consciência social em uma perspectiva mais humana, contribuindo para a desqualificação e degradação do homem (COSTA, 2013).

Destarte, por meio da reificação, há um reforço à invisibilidade pública, promovendo entre os homens relações frágeis, vazias, temporárias, perecíveis e/ou líquidas, segundo o que fala Bauman (2003), e sem vínculo e/ou afeto, como bem diz Sodré (2014; 2007), sendo mais pontuais e comerciais, afastando-se da essência natural que os caracteriza.

3 RECEITUÁRIO: o “colírio” (comunicação como vínculo social)

Diante dessa “doença” presente até os dias de hoje na sociedade, a cegueira psicossocial, percebe-se que este fenômeno influencia diretamente no processo de comunicação com e entre os invisíveis.

No quadro da *invisibilidade pública*, a comunicação entre os humanos fica prejudicada, regride, tentando a formas de troca demasiadas econômicas. Estabelece-se entre os sujeitos um tipo de conversa que não é *conversa*, mas regime daquilo que, em geral, consagra o que é primordial numa economia capitalista: troca de mercadorias ou serviços. Os assuntos emagrecem e, anoréxicos, arrastam-se em direção ao que parece essencial: quando custa, quando entrega, como se paga, que garantia é oferecida. Mesmo pessoas envolvidas em atividades profissionais não atreladas diretamente à venda e compra de objetos, veem-se constante e mais ou

menos conscientemente ocupadas em adequar-se a tal rotina. (COSTA, 2008, p. 7, grifo do autor).

Por tanto, na visão do autor, o processo de comunicação se torna mais sucinto, resumindo-se a troca de palavras relacionadas ao que move as relações capitalistas baseadas na troca. Nessa perspectiva, a comunicação se afasta de algo mais relacional, humano, da construção de relações e vínculos, tornando-se um fenômeno social mais frio, calculado, ensaiado, programado e sem vida. Nos dias de hoje, “ser comunicativo e relacional, ter competência para desenvolver com sucesso relações interpessoais constituem atitudes que se alinham à máxima de que ‘vender é fazer amigos, é fazer clientes.’” (NUNES, 2014, p. 264).

Logo, percebe-se nesse contexto complexo, que caracteriza a modernidade, que a comunicação, uma marca significativa dos seres humanos, foi se transformando tanto por aspectos econômicos, como por exemplo pelas formas de consumo e de trocas no regime capitalista, quanto por aspectos sociais, culturais e psicológicos, exemplificados pelo caso da invisibilidade pública. Todo esse emaranhado de variáveis é analisado por Bauman (2008) com a ideia de sociedade do consumo, na qual há a transformação das pessoas em mercadorias, também referendada por Lipovetsky (2007) e pelo já citado Rifkin (2016).

É por isso que Kunsch (2016, p. 51) enfatizou a dimensão humana da comunicação com o objetivo de “defender sua importância no âmbito organizacional, para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, em seu ambiente cada vez mais complexo, competitivo e com cenários conflitantes e paradoxais, diante das incertezas que caracterizam a sociedade globalizada na era digital.”

Pelo pensamento da autora, enquadra-se a questão da invisibilidade pública, reforçada pelo fenômeno da humilhação social, na perspectiva de ser mitigada por meio de uma comunicação mais relacional em busca de uma melhoria da qualidade de vida dos invisíveis. A partir do momento que se constrói comunicação, concebendo-a em uma perspectiva relacional, como bem coloca França (2016), tem-se o abandono de uma visão apenas de fluxo de transmissão, entendendo-a como um processo social fruto da práxis humana, que produz experiência, que promove interação com o outro de forma reflexiva, construindo assim relacionamentos.

Tal perspectiva da comunicação amplia seu campo de visão e percepção junto aos diversos públicos, possibilitando não só a construção de relacionamentos, mas também de novos fluxos de informação e de conhecimento, bem como detalha Taylor (2005, p. 215, tradução nossa), “eles vêm fazendo-me acreditar que a comunicação não é melhor descrita

como mensagem ou transmissão de conhecimento, mas como atividade prática que por si só tem como resultado a formação de relacionamentos.”³

À luz de Taylor se ratifica a corrente na qual a comunicação não pode ser simplificada como fluxo de informações, já que engloba variáveis mais complexas como a identidade individual dos sujeitos, suas reações diante do outro e do mundo, construindo assim relacionamentos, o que na perspectiva de Sodré (2014) vem construir vínculos sociais.

Logo, Sodré (2014) define a comunicação como vínculo social, uma espécie de encontro, um momento de partilha entre os sujeitos, uma comunhão de ideias. Então, a comunicação está relacionada a criação de vínculos e organização pelo comum. Em entrevista, o autor destaca que: “os homens são comunicantes porque estabelecem relações ou porque organizam mediações simbólicas, de modo consciente ou inconscientes, em nome da partilha de algo comum. Essa organização é uma dimensão constituinte do homem.” (CARLI; COSTA, 2017, p. 4).

Para Sodré, os estudos da comunicação ainda apresentam traços do modelo informacional e funcionalista, o que restringe o entendimento da comunicação. Segundo o autor, o objeto da comunicação é o comum, sendo este o motivo da criação do vínculo, uma espécie de laço coesivo social (SODRÉ, 2014).

Comunicar é ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como um ente (por exemplo, uma agregação ou um conjunto de sujeitos), mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura da linguagem. O sujeito que se comunica é o mesmo ser como ‘entre’, logo, uma interioridade destinada a uma exterioridade, o outro. (SODRÉ, 2007, p. 21).

Em suma, o referido autor questiona o paradigma funcionalista do emissor e visualiza a comunicação como um processo construtivo de organização das relações sociais, o que possibilita o estreitamento de laços e o fortalecimento dos vínculos sociais, algo que se acredita ser uma espécie de “colírio” que poderá amenizar a cegueira psicossocial.

Nesse contexto, a base das relações, segundo o autor em tela, é o afeto que proporciona a coexistência, a proximidade, uma pré-compreensão do mundo, da qual advém os vínculos (SODRÉ, 2007).

Nessa linha de afetividade, quem também conversa com as referências citadas é o sociólogo francês Dominique Wolton (2004; 2006; 2011), concebendo a comunicação como

³ I them come to believe that communication is not best described as messaging, or knowledge transmassion, but as practical activity in its own right that has as its outcome the formation of relationships. (TAYLOR, 2005, p. 215).

encontro, não sendo restrita a técnica, mas tornando-se uma espécie de política, que concilia a convivência e a coabitação entre os sujeitos. “Comunicar é cada vez menos transmitir, raramente competir, sendo cada vez mais negociar e, finalmente, conviver.” (WOLTON, 2011, p. 62).

O autor, assim com os demais, pondera sobre a subjetividade no processo comunicacional, possibilitando assim o encontro com o nosso eu que habita o outro, ou seja, “a questão da comunicação é o outro.” (WOLTON, 2011, p. 59).

Sob a égide de Wolton (2011), comunicar é um ato de compartilhar. “O ideal da comunicação liga-se ao compartilhamento, aos sentimentos, ao amor. É a situação na qual a comunicação percorre o presente, reencontra o passado e torna possível o futuro. São momentos de graça.” (WOLTON, 2011, p. 17).

Por fim, tomando como base tais correntes que visualizam a comunicação como processo social complexo e não por si só como um simples fluxo, analisa-se tal perspectiva como quebra de paradigmas para uma discussão mais aprofundada com os fenômenos da invisibilidade pública e cegueira psicossocial. Talvez, ver a comunicação por tais primas, difundidos pelos autores supracitados, seja o primeiro passo para se começar a enxergar os chamados invisíveis, utilizando o sugerido “colírio” para minimizar os efeitos da cegueira psicossocial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a cegueira psicossocial é uma “doença” que legitima o fenômeno da invisibilidade pública na sociedade como um todo, em especial, dentro das organizações. Isso faz com que muitas pessoas se tornem invisíveis pela função que exercem no trabalho, ou seja, segundo as pesquisas de Costa (2013; 2008), Diogo (2010) e Souza (2011), sujeitos como garis, serventes de limpeza, seguranças, dentre outros, não são vistos no dia a dia dentro das instituições nas quais trabalham, sendo ignorados e/ou humilhados por muitos.

Na premissa da historicidade, de acordo com Barbosa e Rego (2017), verifica-se que a invisibilidade pública é herança do período longínquo da história, marcado pela exploração e servidão, onde não havia nenhum tipo de apressado e olhar fraterno para com o outro.

Desse modo, a cegueira psicossocial é “doença” presente em grande parte da sociedade, deixando turva a visão desse grupo de pessoas perante os chamados “invisíveis”

(COSTA, 2013). Tal enfermidade é causada por questão social existente na divisão de classes de caráter socioeconômico, assim como de fatores psicológicos e dos processos de humilhação e de reificação.

Todavia, pensa-se como alternativa de tratamento para a supracitada “doença” um colírio, que seria a comunicação não somente em uma perspectiva instrumental, mas sim como um processo mais humano, que propõem a construção de relações, que por sua vez, proporcionam a criação de vínculos e afeto (SODRÉ, 2007).

À Luz de Wolton (2011), na concepção de comunicação como um encontro, assim como Sodré (2007), se parte do princípio de que esse tipo de prisma permite o tratamento da cegueira psicossocial e, por consequência, da invisibilidade pública, minimizando seus efeitos, possibilitando não só a visualização desses sujeitos invisíveis, mas também de deixar de silenciá-los, escutando-os, algo essencial ao ato de comunicar: o diálogo entre os que comunicam.

Referências

ASSUNÇÃO, D. (org). **A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP**. São Paulo: Edições Iskra, 2011.

BARBOSA, M. C.; RÊGO, A. R. Historicidade e contexto em perspectiva histórica e comunicacional. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set./dez. 2017.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARLI, A. A. De; COSTA, A. de B. da. Pela atenção ao comum: entrevista com Muniz Sodré. **Revista Intexto**, Porto Alegre, n. 40, set./dez. 2017.

CELEGUIM, C. R. J.; ROESLER, H. M. K. N. A invisibilidade social no âmbito do trabalho. **Revista Científica da Faculdade das Américas**, ano 3, n. 1, 1º sem., 2009.

COSTA, F. B. **Moisés e Nilce: retrato biográfico de dois garis um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho USP, São Paulo, 2008.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2013.

DIOGO, M. F. **De balde a vassoura na mão:** os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRANÇA, V. V. O objeto e a pesquisa em Comunicação: uma abordagem relacional. *In:* LOPES, M. I. V. de; MOURA, C. P. de (org). **Pesquisa em comunicação:** metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GONÇALVES FILHO, J. M. A invisibilidade pública. *In:* COSTA, F. B. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2008.

KUNSCH, M. M. K. A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. *In:* KUNSCH, M. M. K (org). **Comunicação organizacional estratégica:** aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio:** ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2007.

NUNES, J. H. Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, jan./abr. 2014.

PORTO, J. **Invisibilidade social e a cultura de consumo.** Rio de Janeiro: PUC Rio Departamento de Artes e Design, 2006.

RIFKIN, J. **Sociedade com custo marginal zero:** a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. São Paulo: Makron Books, 2016.

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**, n. 1, out. 2007.

SODRÉ, M. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, T. P. **Identidade e subalternidade:** a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

TAYLOR, J. R. Engaging organization through worldview. *In:* MAY, S. K.; MUMBY, D. K (ed.). **Engaging organizational communication theory and perspectives: multiple perspectives.** Thousand Oaks: Sage, 2005.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação.** Brasília, DF: UnB, 2004.



WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2011.